

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME IX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1970

O. DA VEIGA FERREIRA e S. DA VEIGA FERREIRA, *A vida dos Lusitanos no tempo de Viriato*. Lisboa, Editorial Polis, 1969. 261 pp. -- 7 inum., 42 figs. Prefácio de D. Fernando de Almeida.

Seria fácil enunciar, a propósito dos Lusitanos, problemas que os autores nem sequer formulam e apontar trabalhos importantes de arqueólogos e historiadores que o Doutor Veiga Ferreira e sua filha não citam. Mas não poderão os autores argumentar que não pretendiam fazer obra erudita mas apenas um livrinho para recreio do leitor comum? Para «os estudantes das escolas e dos liceus e mesmo aqueles que, frequentando as Universidades, pouco sabem deste aspecto tão importante da história de parte do território que viria a ser Portugal» — dizem na p. 18. Temos, portanto, de julgar o livro como obra de divulgação, não como literatura erudita. Poderemos, por outro lado, lamentar que os autores não tenham produzido um estudo mais sério sobre os Lusitanos, mas não podemos exigir desta obra a erudição que os autores, por opção, por propósito, lhe recusaram.

Aliás, o que os autores recusam não é propriamente a erudição mas o eruditismo. Dizem, na p. 43, que tiveram em mente «a necessidade de o redigir (*este livro*) para todos os interessados nos problemas da nossa história antiga, sem a preocupação de eruditismos que só serviriam para complicar e não esclarecer».

Do vício de complicação não podem ser arguidos os autores. Poderão até algumas vezes ser censurados por excessiva simplificação, como no caso do mapa das campanhas lusitanas da fig. 33. Não me parece que seja mais complicado o mapa publicado por H. G. Gundel no seu artigo sobre Viriato acessível na tradução espanhola de J. M. Blázquez publicada em *Caesar augusta*, 31-32 (1968), pp. 175-198 — e este mapa tem a vantagem de ser muito mais completo e esclarecedor dos movimentos dos Lusitanos.

Se os autores não podem ser arguidos de complicação, podem ser censurados por vários erros no domínio dos factos: a batalha de Zama deu-se em 202 e não em 208 a.C. (p. 16); o cônsul que ocupou Móron e levou as tropas romanas pela primeira vez até ao Minho é Décimo e não Sexto Júnio Bruto (*passim*); os campos de urnas encontrados no Alentejo e publicados por A. Viana como necrópoles célticas (p. 28) são bem romanos (ou será que os autores se referem a campos de urnas que eu ignoro?); o dolium servia para armazenar e não para cozinhar (pp. 46-48); quem, pela perfídia, venceu Viriato, foi Servilius Caepio e não Scipio (p. 92); Suetónio (Galba, IX) não menciona apenas «uma profetiza que previu a chegada de Sertório» (p. 157), mas duas, uma das quais previu *talvez* o aparecimento de Sertório e a outra *de certeza* anunciou o império a Galba; o sucessor de Vetílio foi o pretor e não o

questor C. Plaudo (p. 184); o tratado que Viriato fez com as tribos da montanha a seguir ao seu refúgio no Monte de Vénus foi em 146 e não 143 a.C. (p. 185).

Podem ainda os autores ser arguidos de imaginação que a realidade desmente e noutros casos não apoia. Assim, na p. 41, imaginam a população de um castro: «O ferreiro, com o seu avental de couro, a cabeça nua, os braços fortes, tismados pelo sol, os guerreiros, a velha triste que vem da necrópole...» É sabido que nos castros não se têm encontrado necrópoles (veja-se o artigo de Garcia y Bellido, «O problema dos enterramentos na cultura castreja», *Revista de Guimarães*, LXXVI (1966), pp. 5 ss., que os autores aliás conhecem, porque o citam). Na p. 54, o «esboço de traje de lusitana no tempo de Viriato» denuncia a menina leitora de contos de fadas e não a «senhora criada, pode dizer-se, entre castros e grutas», para me servir das palavras do prefaciador, Doutor D. Fernando de Almeida, a propósito de Seomara da Veiga Ferreira. Parece-nos que o traje que a autora imagina para a mulher lusitana se baseia em exemplos de estatuária do Sudeste peninsular. Para além do erro que isto representa, pois a cultura dos Lusitanos não é a dos iberos *sensu stricto*, a reconstituição do traje é demasiadamente fantasista. Muitas outras figuras, além desta, são mediocres: o mapa da p. 21 é ilegível e grande parte das gravuras foi certamente feita de fotografias não originais mas já reproduzidas de outras fotografias.

Além dos erros no domínio dos factos e da imaginação, a obra peca por omissão. Poderão justificar-se omissões pela exigência da clareza e acessibilidade do texto. Há, porém, problemas a que os autores poderiam ter-se referido sem que daí resultasse obscurecimento do texto. Um desses problemas reputamo-lo magno.

Poderão os castros do noroeste peninsular e o espólio aí achado servir para imaginar a vida dos Lusitanos no tempo de Viriato? Os autores antigos (e modernos) estão de acordo em que o território central dos Lusitanos eram as terras altas da Beira. As povoações aqui localizadas até à data são raras e nenhuma foi objecto de escavação, pelo menos de escavação séria, extensa e publicada. Daqui se concluirá que, ignorantes dos povoados dos Lusitanos e do seu espólio, não podemos pretender escrever uma *Vida dos Lusitanos no tempo de Viriato*. Ou será que os castros do noroeste também pertencem aos Lusitanos? Ou será que os povoados lusitanos das terras altas da Beira se assemelham aos castros do noroeste? Que armas, jóias e mais alfaias dos Lusitanos, trajes e crenças deste povo não divergiam muito das dos povos do noroeste?

O problema podia (e devia) ter sido posto e podia sê-lo sem confundir o espírito dos leitores aos quais a obra se destina.

Dirão os autores que os Lusitanos cuja vida descrevem não são os Lusitanos *stricto sensu* mas todos os povos do território que hoje constitui Portugal: «Frisámos que denominamos Lusitanos um conjunto de povos que habitavam a parte ocidental da Península, ocupando a zona entre o Douro e o Tejo (zona de primordial importância) e zonas limítrofes a norte do Douro e a sul do Tejo, atingindo numa terceira fase o território entre o rio Minho e o Guadiana pois eram esses os limites do país no tempo de Viriato».

Transcrevemos na íntegra este parágrafo por requerer comentários.

Quais eram, no entender dos autores, os limites do país no tempo de Viriato?

«Esses» não se refere certamente aos rios Minho e Guadiana, pois então os autores diriam «estes». Refere-se ao Douro e Tejo? Mas então, se eram estes os limites do país, como é que os autores se vão servir da arqueologia castreja (isto é, do noroeste peninsular acima do Douro) para imaginar a vida dos Lusitanos no tempo de Viriato? Ou esses limites compreendiam no tempo de Viriato as zonas limítrofes a norte do Douro e a sul do Tejo? Isto é historicamente falso, pois a fixação dos Lusitanos a sul do Tejo, referida por Estrabão, só teve lugar depois das guerras viriatinas e talvez mesmo só no tempo de Júlio César.

Há, na definição de Lusitanos, uma indecisão que vicia toda a obra e melhor se denuncia na p. 92: «um povo que ocupava, a partir do litoral, uma zona vasta e, de norte a sul o país entre o Douro *ou* Minho e o Guadiana» (o itálico é nosso).

Se o país dos Lusitanos não compreendia a região do Douro ao Minho, os autores não deviam ter utilizado a arqueologia castreja na reconstituição da vida dos Lusitanos. Se o país compreendia aquela região, está certo que se tenha em conta a arqueologia castreja, mas deviam os autores ter insistido devidamente no facto de essa cultura ser apenas uma das culturas do país e não representativa dos Lusitanos *sensu stricto*. O castro noroestino correspondia a uma comunidade de famílias iguais em direitos, na qual as funções políticas eram rudimentares e a propriedade da terra comunitária. Pelo que sabemos dos Lusitanos de entre Douro e Tejo, os grupos aqui eram comunidades políticas fundadas em relações de vizinhança e não apenas de consanguinidade; a desigualdade de riquezas amplamente documentada sugere grandes diferenças sociais. Para estes pontos não chamam os autores devidamente a atenção.

Passam os autores rapidamente sobre a origem dos Lusitanos nas pp. 26-27, citando Leite de Vasconcelos, Schulten e Mendes Correia. Ora o artigo que Lambrino consagrou aos Lusitanos no volume I da revista *Euphrosine* teria servido de melhor guia do que os trabalhos daqueles três eruditos e talvez tivesse evitado aos autores a conclusão seguinte: «Mas o que parece lógico é que os Lusitanos devem ser um povo de raiz autóctone, vindo já da pré-história...» Parece-me que os argumentos invocados por Lambrino a favor do celtismo dos Lusitanos são mais pesados do que as razões aduzidas por d'Arbois de Jubainville ou Bosch-Gimpera a favor da autoctonia. E desde quando é que a «lógica» é argumento para decidir da origem de um povo? Ou pretendem os autores dizer que a conclusão «lógica» de argumentos anteriores é a autoctonia dos Lusitanos? Como não apresentam, porém, nenhuns argumentos a favor da autoctonia, não se pode falar de conclusão «lógica». A lógica aparece aqui, portanto, como *deus ex machina* que se invoca para confirmar uma tese que se não defende com argumentos.

No capítulo sobre a religião, não citam os autores a obra fundamental de Blasquez Martinez, *Religiones primitivas de Hispania*, Roma, 1961, que muito os teria ajudado. Também, se tivessem lido Ch. Guyonvare'h, «Notes d'étymologie et de lexicographie celtique et gauloise, 11,5. Le problème du Borvo gaulois: mot figure ou celtique», *Ogam*, XI (1959), pp. 164 ss. seriam mais cautelosos na atribuição da origem figure ao culto de Bormo (p. 119). Se tivessem consultado Toutain, *Les cuites paiens dans l'Empire Romain*, III, p. 134, não considerariam Atégina uma deusa da fecundidade mas uma divindade puramente infernal. Se tivessem

lido Lambrino, «La déesse celtique Trebaruna», *Bulletin des Études Portugaises*, XX (1957), pp. 87 ss., não teriam aceite tão facilmente a identificação proposta por Leite de Vasconcelos entre Trebaruna e Vitória.

Resta-nos lamentar algumas falhas de redacção. «Era preciso caçar, constituir a ração dos alimentos, os forrageadores» (p. 178); «As mós utilizadas na farinação ou eram formadas por duas pedras avulsas — mó de tipo neolítico mas que perdura na época dos metais — e a mó redonda» (p. 197); «São esculturas em uma só pedra tal como a maior parte das estátuas dos guerreiros, e dizemos «a maior parte» porque algumas não eram esculpidas num só bloco» (p. 224).

Na bibliografia final, muitas indicações são incompletas.

J. ALARCÃO

ANTIQUITÉS AFRICAINES. *Revista anual de arqueologia editada pelo Centre National de la Recherche Scientifique.*

O Centre National de la Recherche Scientifique lançou uma nova revista de arqueologia. Dirigida pelo Prof. Jean Lassus, com um conselho de leitura de originais composto de membros que têm dedicado grande, senão a maior, parte do seu tempo e da sua obra à arqueologia norte-africana, a nova revista — *Antiquités Africaines* — publica estudos de história e arqueologia sobre a África do Norte da Proto-história à conquista árabe. Foram já publicados três volumes: 1 (1967); 2 (1968); 3 (1969).

Os artigos são variados: históricos, epigráficos, numismáticos, arqueológicos. Os temas destes últimos vão dos mosaicos à cerâmica, das esteias funerárias à arquitectura. No conjunto, o período romano da África do Norte é o mais estudado. Os estudos de história sócio-económica estão representados por artigos de H. d'Escurac-Doisy sobre as associações de camponeses no Alto-Império (1, pp. 59-72), C. Lepelley sobre a situação da agricultura africana no Baixo-Império (1, pp. 135-44), A. Lézine sobre as populações das cidades norte-africanas (3, pp. 69-82). Os trabalhos de topografia antiga, por artigos de R. Rebuffat sobre a localização de *Babba Iulia Campestris* (1, pp. 31-58) e M. Le Glay sobre Icosium (2, pp. 7-54). J. Marcillet-Jaubert, S. Toorrenc, M. Euzennat, H. G. Pflaum publicam estudos epigráficos.

Os relatórios de escavações reduzem-se a dois artigos de Baradez sobre necrópoles de Tipasa, nos volumes 2 e 3, irregulares na ilustração, insuficientes no estudo dos materiais. Na arqueologia romana norte-africana continua a verificar-se a mesma falta de escavações metódicas, que contrasta com o nível científico dos estudos epigráficos, históricos e histórico-artísticos, de que esta revista apresenta alguns excelentes exemplos, e mesmo com o nível de certos estudos sobre cerâmica como os de J. P. Morei sobre campaniense (2, pp. 55-76) e F. Zevi e A. Tchemia sobre ânforas (3, pp. 173-714).

J. ALARCÃO